

100  
out

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

ATA 04/88

001. Aos quatorze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e  
002. oitenta e oito, às oito horas e trinta minutos, no Gabinete do  
003. Vice-Reitor, realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Coor-  
004. denador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE -, convo-  
005. cada e presidida pelo Prof. Léo Zilberknop, Vice-Reitor desta  
006. Instituição e Presidente deste órgão. Estavam presentes os se-  
007. guintes Conselheiros: Prof. Paulo Domingos Mieres Caruso, Prof.  
008. José Luiz Guerreiro em substituição a Profa. Luiza Helena Fer-  
009. rugem Falkenberg, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof.  
010. Renato Luiz Mello Varoto, Profa. Leila Hadler, Prof. Moacir Car-  
011. doso Elias, Prof. Luiz Antonio Machado Veríssimo, Prof. Gastão  
012. Coelho Pureza Duarte, Profa. Ângela Maria Sinott Rocha Gonza-  
013. les, Prof. José Gilberto da Cunha Gastal e os Acadêmicos Fiora-  
014. vante Jaekel dos Santos e Salvador Martins, Representantes Dis-  
015. centes. ITEM 01 - ORDEM DO DIA - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO AN-  
016. TERIOR - Colocada em discussão foi a mesma aprovada com as reti-  
017. ficações sugeridas pelos Conselheiros José Gilberto da Cunha -  
018. Gastal e Fioravante Jaekel dos Santos: Fls. 07: suprimir as -  
019. linhas 387 à 389; Fls. 08: suprimir as linhas 391 à 459. 02.  
020. SUSPENSÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS - O Senhor Presidente diz  
021. que traz a esta sessão expediente oriundo da Presidência do  
022. órgão, que em seu teor consta uma decisão emanada deste Con-  
023. selho, encaminhada ao Magnífico Reitor, nos seguintes termos: -  
024. Transmito ao conhecimento de V. Mag. que o Conselho Coordenador  
025. do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE -, em reunião rea-  
026. lizada no dia 12 de novembro próximo findo, considerando os per-  
027. calços enfrentados neste semestre, para a adaptação do calendá-  
028. rio escolar; considerando que a implantação do calendário vigen-  
029. te atendeu, inclusive, proposta de segmentos da Universidade, -  
030. em que a qualidade das atividades universitárias foram preserva-  
031. das; considerando que das frequentes suspensões de atividades -  
032. de ensino, pesquisa e extensão, em decorrência de atividades ou  
033. tras decorrem riscos de prejuízo à almejada preservação de qua-  
034. lidade, recomenda que no semestre letivo em curso não sejam de-  
035. terminadas ou autorizadas novas suspensões daquelas três ativi-  
036. dades. Submeto, portanto, tal recomendação à elevada apreciação  
037. de Vossa Magnificência. O Senhor Presidente disse que este ór-  
038. gão deverá ou não referendar esta decisão com relação ao semes-  
039. tre atual, no que diz respeito a suspensão de aulas. Colocado em  
040. discussão o assunto, foi amplamente debatido entre os  
041. Conselheiros. Os representantes das áreas no órgão, manifesta-  
042. ram seus interesses de ouvirem, primeiramente, as áreas que re-  
043. presentam para posteriormente poderem declinar seu voto a respei-  
044. to do assunto em pauta. A proposta da Conselheira Ângela Maria  
045. Sinott Rocha Gonzales e José Gilberto da Cunha Gastal é no sen-

LA



046.tido de que sejam ouvidas as áreas e depois o assunto volte a  
047.pauta de uma próxima reunião deste Conselho, talvez com manifes-  
048.tação das áreas. A proposta foi aprovada. Após, a Conselheira -  
049.Ângela Maria Sinott Rocha Gonzales solicitou a palavra, dizendo'  
050.que trazia a este Conselho uma proposta oriunda de sua Unidade.-  
051.Instituto de Letras e Artes, com respeito ao item especificado -  
052.na pauta sob nº 02, ou seja, a regulamentação do artigo 3º da  
053.Resolução nº 01/88 deste órgão. Após seu relato e sua argumen-  
054.tação a respeito do assunto a Conselheira disse que, especificamen-  
055.te, a proposta do ILA é no sentido de se aprovar a realização de  
056.concursos para professor nas vagas existentes (50%, artigo 2º Re-  
057.solução nº 01/88), deixando a homologação para posterior revoga-  
058.ção do Decreto nº 95682 de 28.01.88. A Conselheira Leila Hadler  
059.usando também da palavra, propôs, que este Conselho sugira ao  
060.Magnífico Reitor tratamento análogo, para os concursos, para os  
061.técnicos-administrativos. Colocada em votação ambas as propostas  
062.foram aprovadas. O Senhor Presidente em face da aprovação das  
063.propostas, propõe que a Comissão de Concurso traga, em uma próxi-  
064.ma reunião, uma proposta para regulamentação do Art. 3º da Reso-  
065.lução nº 01/88. A proposta foi aprovada. A seguir o Senhor Presi-  
066.dente solicitou que o Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso,  
067.relatasse os processos oriundos da Comissão de Graduação. 03.  
068.PROCESSO Nº 23110.001648/88-67 - FACULDADE DE ARQUITETURA E UR-  
069.BANISMO - Alteração de disciplinas - Pré-requisitos - Retirado  
070.de pauta. 05. PROCESSO Nº 23110.000165/88-18 - FACULDADE DE  
071.ENGENHARIA AGRÍCOLA - O processo em epígrafe trata de delibera-  
072.ções do Colegiado de Curso da Unidade, que tramitou neste Conse-  
073.lho em reunião realizada dia 29 de janeiro do corrente ano, e  
074.que por deliberação deste órgão retornou a Unidade de origem pa-  
075.ra que o mesmo fôsse apreciado pelo Conselho Departamental. A  
076.diligência foi cumprida, e o Presidente deste Egrégio Conselho -  
077.aprovou "ad referendum" o parecer exarado pela Comissão de Gra-  
078.duação. O COCEPE referendou o despacho do Senhor Presidente. 06.  
079.PROCESSO Nº 23110.000183/87-19 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO  
080.EDUCACIONAL DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ASSISTÊNCIA - Enca-  
081.minha minuta de Normas do Programa de Monitorias - O Conselheiro  
082.Paulo Domingos Mieres Caruso fez uma explanação minuciosa sobre'  
083.o assunto em pauta, e ao final de sua explanação disse que o pa-  
084.recer da Comissão de Graduação é favorável a aprovação das refe-  
085.ridas normas. Solicitou, entretanto, o Conselheiro relator, que  
086.as referidas normas fossem duplicadas e distribuídas aos Conse-  
087.lheiros, para que os mesmos tenham subsídios para discutirem me-  
088.lhor as normas propostas, e que este processo retorne na próxima  
089.reunião. 07. PROCESSO Nº 23110.003899/86-04 - FACULDADE DE ENFER  
090.MAGEM E OBSTETRÍCIA - Solicita deste Conselho as providências -  
091.necessárias à implantação do duplo ingresso no referido Curso. -  
092.O Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso fez um amplo relato -  
093.do processo, e após exarou o parecer da Comissão de Graduação. A  
094.Comissão de Graduação considera que nos termos do regime semes-  
095.tral atualmente adotado pela Universidade Federal de Pelotas, to  
096.dos os Cursos de Graduação deveriam ter condições de adotar o du  
097.plo ingresso. Desta forma manifesta-se favoravelmente. Após os  
098.debates, e por proposição do Senhor Presidente, o Colendo Conse-  
099.lho deliberou que o presente processo baixe em diligência ao re  
100.presentante da área de Ciências da Saúde e Biológicas, Prof.



102  
faca

101. Gastão Coelho Pureza Duarte, para que este traga subsídios neces-  
102. sários para estudo com referência à implantação do duplo ingres-  
103. so no Curso de Enfermagem e Obstetrícia. 08. PROCESSO Nº  
104. 23110.000857/88-10 - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - De-  
105. partamento de Tecnologia da Construção - Encaminha projeto de  
106. ensino denominado "Assessoria em Ateliês de Planejamento em 87/  
107. 2º". O processo foi encaminhado à Comissão de Extensão para pare-  
108. cer. Manifestou-se esta pela baixa do presente a Pró-Reitoria de  
109. Graduação e Assistência para parecer, em vista de que a justifi-  
110. cativa do projeto não ser de competência da Pró-Reitoria de Ex-  
111. tensão. Em seu parecer o Senhor Pró-Reitor de Graduação e Assis-  
112. tência disse que nada tem a opor quanto à execução do projeto. -  
113. Colocado em discussão o parecer exarado, foi o mesmo aprovado. -  
114. 09. PROCESSO Nº 23110.001683/88-68 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES  
115. - Departamento de Letras - Encaminha o Chefe do Departamento de  
116. Letras, do ILA, expediente onde informa que depois de feita con-  
117. sulta aos arquivos do Instituto, foi localizada as folhas de  
118. frequência da turma 03 do segundo período letivo de 1983, consta  
119. tou-se que aministrante não fez o acréscimo do nome do aluno -  
120. HELDER LUIS DETTERBORN, que havia sido matriculado na turma 06.-  
121. Diante da falta de prova escrita da frequência, e tendo já des-  
122. truído os trabalhos de avaliação por terem decorridos já mais de  
123. quatro anos, a professora fez o reconhecimento pessoal do univer-  
124. sitário (fls.02), responsabilizando-se por sua frequência, apro-  
125. vação e avaliação. O processo foi encaminhado à decisão do COCE-  
126. PE, que através do Presidente, despachou "ad referendum" do ór-  
127. gão nos seguintes termos: Tendo em vista a gravidade da situação  
128. exposta, muito embora a responsabilidade assumida pela Profa. -  
129. Flora, julgo não poder a Universidade prejudicar o aluno HELDER,  
130. porém, ao mesmo tempo também não podemos ficar coniventes com a  
131. irregularidade praticada; assim sendo, aprovo "ad referendum" do  
132. COCEPE o presente expediente oriundo do Departamento de Letras -  
133. do Instituto de Letras e Artes, chamando a atenção da Chefia De-  
134. partamental para que tais fatos não voltem a acontecer sob pena'  
135. de que tenhamos, no futuro, de abrir sindicância para apurar com  
136. petências e responsabilidades. Os Conselheiros referendaram o  
137. despacho da Presidência. 10. PROCESSO Nº 23110.007324/86-16 -  
138. CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - Projeto de Extensão denomina-  
139. do "Estágios DTC/87" - Processo tramitou em reunião deste Egre-'  
140. gio Conselho realizada no dia 08.02.88, que foi deliberado que  
141. o presente processo baixasse em diligência a Pró-Reitoria de Gra-  
142. duação e Assistência para análise e parecer a respeito do despa-  
142. cho do Pró-Reitor de Extensão, que diz que o presente processo  
143. é da competência da Comissão de Extensão, porque os Estágios es-  
144. tão vinculados à Pró-Reitoria de Graduação e Assistência. O pro-  
145. cesso volta a este órgão com o parecer do Pró-Reitor de Gradua-  
146. ção, dizendo que o processo já foi analisado pela Pró-Reitoria -  
147. Acadêmica e de Assistência tendo o mesmo sido aprovado no âmbito  
148. desta Pró-Reitoria. Colocado em discussão o parecer, foi o mesmo  
149. aprovado. 11. PROCESSO Nº 23110.009032/80 - Solicita o Arquiteto  
150. Fernando Emilio Sosa, revalidação de seu diploma de arquiteto, -  
151. tendo em vista sua graduação na Universidade Nacional de Buenos'  
152. Aires. Disse o relator que seu pedido foi feito em setembro de  
153. 1980. Juntou para tanto, a documentação necessária para a revali-  
154. dação solicitada. Posteriormente foi ouvida a Coordenadoria dos  
155. Diplomas e Certificados, onde esta se manifestou sua concordân-'

Ko



156.cia quanto a documentação apresentada. Foi ouvido o Colegiado de  
157.Curso de Arquitetura e Urbanismo onde foi deferido. O Senhor re-  
158.lator fez uma síntese dos tramites do processo, reportando-se in-  
159.clusive com a comissão nomeada pelo Coordenador do Curso de Ar-  
160.quitetura e Urbanismo, através da Portaria nº 005/85 daquele Cur-  
161.so. A Comissão de Graduação emitiu parecer no sentido de que se-  
162.ja aplicada a Resolução nº 02/85 do COCEPE. Colocado em discus-  
163.são o parecer da Comissão de Graduação, foi o mesmo aprovado. -  
164.12. PROCESSO Nº 23110.001862/88-87 - CALENDÁRIO ESCOLAR DE RESI-  
165.DÊNCIA MÉDICA - Solicitou o Senhor Presidente o relato do Conse-  
166.lheiro José Luiz Guerreiro. O relator do processo em pauta fez  
167.ampla relato do mesmo, abordando todas as peças contidas no pro-  
168.cesso, ora em discussão. A matéria foi debatida tendo sido o re-  
169.lator alvo de questionamentos por parte dos Conselheiros, que so-  
170.licitavam do mesmo esclarecimentos sobre dúvidas que tinham so-  
171.bre o Calendário apresentado. Disse o Conselheiro que o parecer  
172.3xarado pelo relator do Conselho de Pós-Graduação é o seguinte:-  
173.Tendo em vista as paralizações ocorridas em 1987, houve necessi-  
174.dade de reformulação no Calendário Escolar de Pós-Graduação. No  
175.caso específico da Residência Médica a manifestação do Coordena-  
176.dor na época que foi de que houvesse prolongamento do período de  
177.vido a greve dos docentes da UFPEL durante 23.03.87 à 10.05.87 e  
178.a greve dos Médicos Residentes durante 25.06.87 à 15.07.87. Obser-  
179.vando a manifestação de Supervisores (documento anexo), deduz-se  
180.de que não houve comunicação entre a Coordenação e Supervisores'  
181.dos Programas, resultando em condutas diversas, uma vez que nos  
182.Programas de Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia, seus Supervi-  
183.sores afirmaram que não houveram paralizações nas suas ativida-  
184.des durante as greves mencionadas. Considerando a manifestação -  
185.atual da Comissão de Residência Médica da UFPEL (COREME), inte-  
186.grada pelos diversos Supervisores, Coordenação e Representação -  
187.discente (Of. 71/88), associado ao ofício nº 1286 MEC/SESu/CNRM'  
188.encaminhado pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Re-  
189.sidência Médica, no qual manifesta extranheza pelo fato de que a  
190.UFPEL foi a única Universidade que mantém Programas de Residên-'  
191.cia Médica, não ter resolvido os problemas do Calendário Escolar  
192.através da COREME, adequando suas atividades estagiárias para  
193.evitar prorrogação do ano letivo por se tratar de caso excepcio-  
194.nal, somos de parecer que: 1º) O Calendário Escolar para 1988 -  
195.seja cumprido de acordo com a proposta do COREME (documento ane-  
196.xo); 2º) Seja agilizada a entrega dos certificados de conclusão'  
197.de Residência aos Médicos que concluíram os respectivos progra-'  
198.mas. O parecer do relator foi aprovado na reunião do Conselho de  
199.Pós-Graduação por unanimidade. O Senhor Presidente concedeu a pa-  
201.lavra ao Conselheiro Moacir Cardoso Elias para apresentar sua -  
202.proposta. a) aceitar como verossímeis as argumentações apresenta-  
203.das, apesar das contradições ali constantes, de que conteúdos e  
204.cargas horárias dos PRM-1 e PRM-2 de 1987 tenham sido cumpridos'  
205.conforme o Calendário Escolar originalmente previsto, não tendo  
206.sido necessário os dias de prorrogação concedidos pelo COCEPE na  
207.reformulação de calendário ocorrida; b) Aprovar o parecer do Con-  
208.selho de Pós-Graduação; c) Manifestar à Direção da Faculdade de  
209.Medicina, à Coordenação e Supervisão dos PRM sua preocupação com  
210.as relações entre compressões de calendário e qualidade dos pro-

K



211.gramas. d) expressar à Direção da Faculdade de Medicina, à Coor-  
212.denação e Supervisão do PRM, sua esperança de que situações seme-  
213.lhantes tenham soluções adequadas funcionalmente e, no seu devi-  
214.do tempo. O presente calendário fica fazendo parte integrante da  
215.presente ata e arquivado na Secretaria dos Conselhos Superiores.  
216.Devido ao adiantado da hora, o Senhor Presidente suspendeu a pre-  
217.sente sessão, marcando, desde logo, sua continuidade para o dia  
218.15.04.88, às 08:30 horas, no mesmo local. REUNIÃO DO COCEPE REA-  
219.LIZADA DIA 15.04.88, EM CONTINUIDADE A DO DIA 14.04.88 - Dando  
220.prosseguimento aos trabalhos, com a presença dos Conselheiros es-  
221.pecificados na lista de presença, com a exceção dos Conselheiros  
222.Prof. Paulo Domingos Mieres Caruso, Prof. Moacir Cardoso Elias e  
223.o Acadêmico Salvador Martins. O Senhor Presidente concedeu a pa-  
224.lavra ao Conselheiro José Luiz Guerreiro, para relatar os proces-  
225.sos de Pesquisa e Pós-Graduação. 13. PROCESSO Nº 23110.000906/88-15 -  
226.INSTITUTO DE BIOLOGIA - Projeto de Pesquisa sobre "Atividade Antimicrobiana -  
227.do Hipoclorito de Magnésio". Decisão: Aprovado o parecer da Comissão de Pes-  
228.quisa e Pós-Graduação, que é favorável à execução do projeto. 14. PROCESSO Nº  
229.23110.005420/87-10 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL - Pro-  
230.jeto de Pesquisa sobre "Determinação de comprimento de sulcos pa  
231.ra irrigação em solos característicos da região arrozeira do -  
232.RGSul. Equações da Infiltração". Decisão: Aprovado o parecer da  
233.Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, que é favorável à execução  
234.do projeto. 15. PROCESSO Nº 23110.0004558/87-00 - FACULDADE DE  
235.VETERINÁRIA - Projeto de Pesquisa sobre "Controle e Erradicação"  
236.de Tuberculose Bovina em Estabelecimentos de Bovinos de Corte".  
237.Decisão: Aprovado o parecer da Comissão de Pesquisa e Pós-Gradua-  
238.ção, que é favorável à execução do projeto. 16. PROCESSO Nº  
239.23110.005419/87-31 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL - DE-  
240.PARTAMENTO DE FITOTECNIA - Projeto de Pesquisa sobre "Agrometeo  
241.rologia - Meteorologia Agrícola". Decisão: Aprovado o parecer da  
242.Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, que é favorável à execução  
243.do projeto. 17. PROCESSO Nº 23110.003065/87-07 - INSTITUTO DE  
244.LETRAS E ARTES - DEPARTAMENTO DE LETRAS - Projeto de Pesquisa so  
245.bre "Integração Universidade/Escola de 1º e 2º graus - Uma pro-  
246.posta para o ensino/aprendizagem de Língua Inglesa". Decisão: -  
247.Aprovado o parecer da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, que  
248.é favorável à execução do projeto. 18. PROCESSO Nº 23110.004617  
249./87-69 - FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL - DEPARTAMENTO DE  
250.FITOSSANIDADE - Projeto de Pesquisa sobre "Isolamento, Produ-  
251.ção, Avaliação e Infecção de Fungos Micorrízicos Vesiculares Ar-  
252.busculares (MVA) em Cultura de Tecidos Vegetais". Decisão: Apro-  
253.vado o parecer da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, que é fa-  
254.vorável à execução do projeto. 19. PROCESSO Nº 23110.005378/87 -  
255.-55 - FACULDADE DE MEDICINA - DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL -  
256.Projeto de Pesquisa sobre "Padrões, Tendências e Determinantes -  
257.da amamentação no Brasil". Decisão: Aprovado o parecer da Comis-  
258.são de Pesquisa e Pós-Graduação, que é favorável à execução do  
259.projeto. 20. PROCESSO Nº 23110.000756/88-95 - INSTITUTO DE BIO-  
260.LOGIA - Projeto de Pesquisa sobre "Flora Bacteriana e Boophilus"  
261.Microplus Acari: Ixodidae". Decisão: Aprovado o parecer da Comis-  
262.são de Pesquisa e Pós-Graduação, que é favorável à execução do  
263.projeto. 21. PROCESSO Nº 23110.004639/87-00 - FACULDADE DE VETE-  
264.RINÁRIA - DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA ANIMAL - Projeto de Pesquisa  
265.sobre "Fertilização "in vitro" em Suínos". Decisão: Aprovado o



105  
jul

266.parecer da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, que é favorável'  
267.à execução do Projeto. 22. PROCESSO Nº 23110.005211/87-30 - FA-  
268.CULDADE DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS - Projeto de Pesquisa sobre "Apro  
269.veitamento Industrial da Maça Tipo Refugo". Aprovado o parecer -  
270.da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, que é favorável à execu  
271.ção do projeto. 23. PROCESSO Nº 23110.000025/88 - ESCOLA SUPE-  
272.RIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Projeto de Pesquisa sobre "Perfil An-  
273.tropométrico dos escolares de 07 à 14 anos da Cidade de Pelotas".  
274.Decisão: Aprovado o parecer da Comissão de Pesquisa e Pós-Gradua  
275.ção, que é favorável à execução do projeto. 24. PROCESSO Nº  
276.23110.000302/88-97 - INSTITUTO DE BIOLOGIA - DEPARTAMENTO DE  
277.FISIOLOGIA E FARMACOLOGIA - Solicita prorrogação de prazo para  
278.conclusão de Projeto de Pesquisa sobre "Estudo Farmacológico do  
279.Extrato de Chophea Cartagenensis no Íleo Isolado do Cobaio". De-  
280.cisão: Aprovado o parecer da Comissão de Pesquisa e Pós-Gradua-'  
281.ção que é favorável a prorrogação do projeto de pesquisa. 25.  
282.PROCESSO Nº 23110.000999/88-04 - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊN-  
283.CIAS - DEPARTAMENTO DE QUÍMICA ANALÍTICA E INORGÂNICA - Encamin-  
284.ha projeto de pesquisa intitulado "Dosagem deChumbo em água potá  
285.vel e sangue humano, visando relacionar chumbo na água vs. chum-  
286.bo no sangue e este poluente a vasculopatias". Decisão: Aprovado  
287.o parecer da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação que é favorá-'  
288.vel à execução do projeto. 26. PROCESSO Nº 23110.000769/88-46 -  
289.FACULDADE DE VETERINÁRIA - Encaminha projeto de pesquisa coorde-  
290.nado pelo Prof. José Carlos de Azevedo Junior, denominado de Es-  
291.tudo da Capacidade reprodutiva e do potencial de desenvolvimento  
292.no cultivo intensivo do jundiá - Rhandia - sp. Decisão: O COCEPE  
293.aprovou o parecer da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação que é  
294.favorável à execução do projeto, desde que liberados os recursos  
295.pela financeira FINEP. 27. PROCESSO Nº 23110.000998/88-33 - INS-  
296.TITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS - DEPARTAMENTO DE QUÍMICA ANALÍ-  
297.TICA - Encaminha Projeto de Pesquisa denominado "Contaminação -  
298.da VEgetação de Pelotas e proximidades com Metais Pesados". De-  
299.cisão: Aprovado o parecer da Comissão de Pesquisa e Pós-Gradua-'  
300.ção que é favorável à execução do projeto, desde que sejam libe-  
301.rados os recursos solicitados à financeira. 28. PROCESSO Nº  
302.23110.005197/87-19 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA - DEPARTAMENTO DE  
303.CIRURGIA, TRAUMATOLOGIA E PROTESE BUCO-MAXILO-FACIAL - Encaminha  
304.o Ante-projeto de Reestruturação do Ensino de Pós-Graduação em  
305.Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial. A relatora fez uma  
306.síntese do processo, relatando o parecer do relator do Conselho'  
307.de Pós-Graduação, Prof. Manoel Maia, que anexou ao presente uma  
308.relação de sugestões ao ante-projeto. Disse o Conselheiro que o  
309.parecer do Prof. Maia foi aprovado no Conselho de Pós-Graduação.  
310.O processo foi encaminhado pelo Departamento requerente para -  
311.conhecimento. O Departamento aprovou as sugestões propostas. O  
312.COCEPE aprovou o parecer do Conselho de Pós-Graduação. O presen-  
313.te ante-projeto fica fazendo parte integrante da presente ata e  
314.arquivado na Secretaria dos Conselhos Superiores. 29. PROCESSO -  
315.Nº 23110.004980/87-37 - PROF. SYLVIO ARNOLDO DICK JANTZEN - Soli  
316.cita o requerente afastamento para conclusão de sua dissertação'  
317.de mestrado na área de Planejamento da Educação, na UFRGS, justi  
318.ficando que não usufruiu de afastamento de suas atividades de en  
319.sino em virtude de seu contrato inicial ter sido de 20 (vinte) -  
320.horas, realizando, portanto, seu curso em horário livre. O rela-

K



106  
cel

321. tor do processo fez uma explanação sobre a solicitação. A Comis-  
322. são de Pesquisa e Pós-Graduação nada tem a opor quanto ao afasta-  
323. mento do professor requerente. Colocado em discussão o parecer -  
324. da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação foi o mesmo aprovado. -  
325. 30. PROCESSO Nº 23110.000479/88-86 - PROFª. NÓRIS EUNICE WIENER  
326. PUREZA DUARTE - Solicita a requerente prorrogação de afastamento  
327. para concluir Curso de Pós-Graduação, nível de Mestrado em Le-  
328. tras na UFRGS (29.02.88 à 01.03.89). A Comissão de Pesquisa e  
329. Pós-Graduação nada tem a opor. O parecer foi aprovado. 31. PRO-  
330. CESSO Nº 23110.001077/88-98 - PROFA. ÂNGELA MARIA SINOTTI ROCHA  
331. GONZALES - Solicita prorrogação de 20 (vinte) horas semanais pa-  
332. ra fins de conclusão de Mestrado em História junto a PUC. A Co-  
333. missão de Pesquisa e Pós-Graduação é favorável à prorrogação -  
334. (29.02.88 à 01.03.89). Colocado em discussão o parecer da Comis-  
335. são de Pesquisa e Pós-Graduação, foi o mesmo aprovado. 32. PRO-  
336. CESSO Nº 23110.001318/88-62 - JOSÉ C. MARTINES - Solicita prorro-  
337. gação de afastamento para concluir Curso de Pós-Graduação à ní-  
338. vel de Mestrado em Nutrição Humana. A Comissão de Pesquisa e  
339. Pós-Graduação manifesta-se favorável à prorrogação (17.09.87 à  
340. 16.09.88). Colocado em discussão o parecer da Comissão de Pesqui-  
341. sa e Pós-Graduação, foi o mesmo aprovado. 33. PROCESSO Nº  
342. 23110.001874/88-66 - PROFA. ELAINE MARY MOURA DE SOUZA - Solici-  
343. ta a requerente prorrogação de afastamento para curso de Pós-Gra-  
344. duação à nível de Mestrado em Educação, na área de Psicologia da  
345. Educação na UFRGS. A Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação mani-  
346. festa-se favorável à solicitação. (15.03.88 à 31.12.88). Coloca-  
347. do em discussão o parecer da Comissão de Pesquisa e Pós-Gradua-  
348. ção, foi o mesmo aprovado. 34. PROCESSO Nº 23110.000314/88-76 -  
349. PROF. JOÃO MANOEL DOS SANTOS CUNHA - Solicita o requerente -  
350. afastamento para realizar Curso de Pós-Graduação à nível de Mes-  
351. trado junto ao Curso de Pós-Graduação em Literatura na UFRGS. -  
352. Processo tramitou em reunião deste órgão realizada dia 09.03.88,  
353. que foi deliberado que o processo baixasse em diligência ao  
354. Instituto de Letras e Artes, para que a Unidade esclareça a área  
355. de atuação do professor, tendo em vista o artigo 6º da Portaria  
356. nº 636/83 alterada pela Portaria nº 03/87 e em função de sua par-  
357. ticipação no Clube de Cinema e Video. O Departamento de Artes -  
358. Visuais encaminha as justificativas (fls.13/14). Em função das  
359. justificativas apresentadas pelo Departamento o processo foi en-  
360. caminhado a Pró-Reitoria de Extensão para parecer em face do en-  
361. volvimento do professor requerente com o Clube do Cinema e Vi-  
362. deo. Em seu despacho o Senhor Pró-Reitor de Extensão, diz que na  
363. da tem a opor ao afastamento do professor, tendo em vista o pedi-  
364. do de demissão do mesmo da Coordenação do Clube do Cinema e Vi-  
365. deo. A matéria foi amplamente debatida entre os Conselheiros, on-  
366. de o Conselheiro Renato Luiz Mello Varoto fez um relato sobre o  
367. problema dos professores cedidos para o Estado, caso do profes-  
368. sor requerente, manifestando sua preocupação em aprovar o seu pe-  
369. dido, sem antes ouvir a Comissão que trata especificamente sobre  
370. as cêndencias SEC/UNIV. Após a discussão, o COCEPE analisando a  
371. solicitação de afastamento do Prof. JOÃO MANOEL DOS SANTOS -  
372. CUNHA, para realizar Curso de Pós-Graduação em Literatura junto  
373. a UFRGS, opinou pelo deferimento do petitório inicial, porém, em  
374. face do convênio SEC/UFPEL, solicita análise da Comissão de In-  
375. tegração Institucional. Devido ao adiantado da hora, o Senhor

KA



107  
del

376. Presidente suspendeu a presente sessão, marcando, desde logo, sua  
377. continuidade para o dia 21.04.88, às 08:00 horas. REUNIÃO DO CO-  
378. CEPE REALIZADA DIA 21.04.88, EM CONTINUIDADE A DO DIA 15.04.88 -  
379. Dando prosseguimento aos trabalhos, com a presença dos Conselhei-  
380. ros especificados na lista de presença, com exceção do Conselhei-  
381. ro Paulo Domingos Mieres Caruso e do Acadêmico Salvador Martins.-  
382. Solicitou o Senhor Presidente o relato da Conselheira Luiza Hele-  
383. na Ferrugem Falkenberg. 35. PROCESSO Nº 23110.000509/88-25 - PROF  
384. HUMBERTO CONRADO - Solicita o requerente afastamento para reali-  
385. zar Curso de Pós-Graduação à nível de Mestrado, no Instituto de  
386. Pesquisa Espaciais, em São José dos Campos/SP. O processo tem pa-  
387. recer favorável da Comissão Permanente de Pessoal Docente. A Co-  
388. missão de Pesquisa e Pós-Graduação manifesta-se favorável a soli-  
389. citação, uma vez que foram atendidas todas as exigências estabele-  
390. cidas na Portaria nº 636/83, devendo ser autorizado o afastamento  
391. pelo período de 02 (dois) anos. O Senhor Presidente do órgão des-  
392. pachou "ad referendum", aprovando o parecer exarado pela Comissão  
393. de Pesquisa e Pós-Graduação. O COCEPE referendou a decisão da  
394. Presidência. 36. PROCESSO Nº 23110.001878/88-80 - PROFA. RESELI  
395. GUETHS - Solicita a requerente afastamento para realizar Curso de  
396. Pós-Graduação à nível de Mestrado, no Instituto de Pesquisa Espa-  
397. ciais, em São José dos Campos/SP. O processo tem parecer favorá-  
398. vel da Comissão Permanente de Pessoal Docente. A Comissão de Pes-  
399. quisa e Pós-Graduação manifesta-se favorável a solicitação, uma -  
400. vez que foram atendidas todas as exigências estabelecidas na Por-  
401. taria nº 636/83, devendo ser autorizado o afastamento pelo perío-  
402. do de 02 (dois) anos. O Senhor Presidente do órgão despachou -  
403. "ad referendum", aprovando o parecer exarado pela Comissão de Pes-  
404. quisa e Pós-Graduação. O COCEPE referendou a decisão da Presidên-  
405. cia. 37. PROCESSO Nº 23110.001781/87-04 - LUCIA TEREZINHA G.  
406. CARVALHO - Solicita a requerente título de especialista, tendo em  
407. vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ciências Agrárias,  
408. na área de Fitomelhoramento. O processo tramitou na reunião deste  
409. Conselho realizada dia 01.10.87, em que este órgão deliberou que  
410. o processo baixasse em diligência à Pró-Reitoria de Pesquisa e -  
411. Pós-Graduação, a fim de esclarecer sobre a existência de Regimen-  
412. to do Curso de Pós-Graduação em Ciências Agrárias - área de fito-  
413. melhoramento -, a época em que a requerente menciona, ou seja, -  
414. 1980. Solicitou ainda o órgão que seja informado sobre a existên-  
415. cia de regimentos de outros cursos de pós-graduação no momento -  
416. que a requerente concluiu seu Curso para que assim, possa ser exa-  
417. minado uma eventual analogia. Cumprindo a diligência a Pró-Reito-  
418. ria de Pesquisa e Pós-Graduação, informou que na época (1980) o  
419. Curso de Pós-Graduação em Fitomelhoramento não possuía regimento,  
420. informando ainda que no momento que a requerente concluiu os crédi-  
421. tos de seu Curso, em 1978, nenhum Curso de Pós-Graduação da Uni-  
422. versidade Federal de Pelotas, possuía regimento. O processo foi  
423. encaminhado a Procuradoria Jurídica que assim se manifestou: Tem  
424. razão a requerente, não obstante a titulação a lhe ser alcançada'  
425. não seja, propriamente, aquela pretendida. Explico. Pretende a  
426. interessada, pela circunstância de haver concluído todos os crédi-  
427. tos do Curso de Pós-Graduação em Ciências Agrárias, na área de Fi-  
428. tomelhoramento, que lhe seja concedido o título de especialista.-  
429. Na verdade, porém, assim não é. O que a requerente tem direito de  
430. receber é a declaração de validade dos estudos realizados até -

K



431. aqui no Curso, como de especialização ou aperfeiçoamento, justa-  
432. mente pela circunstâncias de não haver defendido tese. Mais. Pa-  
433. ra que tenha direito ao recebimento da declaração, deverá haver'  
434. sido aprovada em disciplinas correspondentes a uma carga horária  
435. programada de, no mínimo, 360 (trezentos e sessenta) horas, e,  
436. ainda, que tenha integralizado nesse total, pelo menos, 60 (ses-  
437. senta) horas em disciplina ou disciplinas de formação didático-  
438. -pedagógicas, frequentadas com aproveitamento no mesmo ou em ou-  
439. tro curso credenciado. A solução é dada pelo artigo 6º, da Reso-  
440. lução nº 12/83, de 06 de outubro de 1983, do Conselho Federal de  
441. Educação. E me parece que, no fundo, esta é verdadeira intenção'  
442. da requerente, que apenas se expressou mal quando peticionou. -  
443. O título de especialista tem outra dimensão. Tal condição é mate  
444. rializada, a meu juízo, por intermédio de prova, onde se poderá  
445. alinhar, exemplificativamente: a) trabalhos publicados sobre a -  
446. especialidade; b) exercício técnico-profissional, no qual a espe  
447. cialidade tenha direta aplicação; c) aprovação em concurso para  
448. disciplina, que tenha afinidade com a titulação conquistada; d)  
449. exercício anterior do magistério na disciplina, em curso supe-  
450. rior autorizado ou reconhecido e etc. Obviamente, pelo exame dos  
451. autos, não pode ser isto o que pretende a interessada. Por isso'  
452. que, conforme alinhei, uma vez ajustada a situação da requerente  
453. aos enunciados da Resolução que referi, tem direito a mesma ob-  
454. ter a declaração que anotei. O assunto em pauta foi amplamente'  
455. debatido entre os Conselheiros, após a fase de discussão o COCE-  
456. PE, deliberou que o processo baixe em diligência à Pró-Reitoria'  
457. de Pesquisa e Pós-Graduação para que a mesma se pronuncie sobre'  
458. os seguintes aspectos: 1 - Se houveram casos similares a estes,-  
459. e em que normas se basearam para expedirem os correspondentes -  
460. certificados; 2 - Anexar, ao presente, a Resolução nº 12/83 do  
461. Conselho Federal de Educação de 06.10.83. O Senhor Presidente so  
462. licitou ao Conselheiro Renato Luiz Mello Varoto, que fizesse o  
463. relato dos processos advindos da Comissão de Extensão. 38. PRO-  
464. CESSO Nº 23110.000729/88-21 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - NEL  
465. - Projeto de Extensão denominado "Literatura na Escola". Deci-  
466. são: Aprovado o parecer da Comissão de Extensão que é favorável'  
467. à execução do projeto. 39. PROCESSO Nº 23110.000730/88-10 - INS-  
468. TITUTO DE LETRAS E ARTES/NEL - Projeto de Extensão denominado -  
469. "A prática pedagógica em discussão". Decisão: Aprovado o parecer  
470. da Comissão de Extensão que é favorável à execução do projeto.-  
471. 40. PROCESSO Nº 23110.000731/88-73 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES  
472. - NEL - Projeto de Extensão denominado "Integração Universidade/  
473. Escola de 1º e 2º Graus: Uma proposta para o ensino/aprendizagem  
474. de língua Inglesa - Treinamento sobre metodologia e/ou conteú-  
475. dos. Decisão: Aprovado o parecer da Comissão de Extensão que é  
476. favorável à execução do projeto. 41. PROCESSO Nº 23110.000732/88  
477. -36 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES/NEL - Projeto de Extensão de  
478. nominado "Integração Universidade/Escola de 1º e 2º graus: Uma -  
479. proposta para o ensino/aprendizagem de Língua Inglesa - Assistên  
480. cia Técnico Profissional - multiplicadores das turmas piloto". -  
481. Decisão: Aprovado o parecer da Comissão de Extensão que é favorá  
482. vel à execução do projeto. 42. PROCESSO Nº 23110.000733/88-07 -  
483. INSTITUTO DE LETRAS E ARTES/NEL - Projeto de Extensão denominado  
484. Atualização em Língua Portuguesa". Decisão: Aprovado o parecer -  
485. da Comissão de Extensão que é favorável à execução do projeto. -



109  
out

486.44. PROCESSO Nº 23110.000735/88-24 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES  
487.- NEL - Projeto de Extensão denominado "Inglês I". Decisão: Apro-  
488.vado o parecer da Comissão de Extensão que é favorável à execu-  
489.ção do projeto. 45. PROCESSO Nº 23110.000736/88-97 - INSTITUTO -  
490.DE LETRAS E ARTES - NEL - Projeto de Extensão denominado "Ingles  
491.IV". Decisão: Aprovado o parecer da Comissão de Extensão que é  
492.favorável à execução do projeto. 46. PROCESSO Nº 23110.000737/88  
493.-50 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - NEL - Projeto de Extensão de  
494.nominado "Integração Universidade/Escolas de 1 e 2º graus: Pro-  
495.posta para o ensino aprendizagem da Língua Francesa". Decisão: -  
496.Aprovado o parecer da Comissão de Extensão que é favorável à exe-  
497.cução do projeto. 47. PROCESSO Nº 23110.000738/88-12 - INSTITUTO  
498.DE LETRAS E ARTES - NEL - Projeto de Extensão denominado "Fran-  
499.cês sem Fronteiras I (Estágio de Letras). Aprovado o parecer da  
500.Comissão de Extensão que é favorável à execução do projeto. 48.  
501.PROCESSO Nº 23110.000739/88-85 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES -  
502.NEL - Projeto de Extensão denominado "Francês II". Decisão: Apro-  
503.vado o parecer da Comissão de Extensão que é favorável à execu-  
504.ção do projeto. 49. PROCESSO Nº 23110.000740/88-64 - INSTITUTO -  
505.DE LETRAS E ARTES - NEL - Projeto de Extensão denominado "Ale-  
506.mão VIII". Decisão: Aprovado o parecer da Comissão de Extensão -  
507.que é favorável à execução do projeto. 50. PROCESSO Nº  
508.23110.000741/88-27 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - NEL - Projeto  
509.de Extensão denominado "Alemão VI". Decisão: Aprovado o parecer'  
510.da Comissão de Extensão que é favorável à execução do projeto. -  
511.51. PROCESSO Nº 23110.000742/88-90 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES  
512.- NEL - Projeto de Extensão denominado "Alemão IV". Decisão: -  
513.Aprovado o parecer da Comissão de Extensão que é favorável à exe-  
514.cução do projeto. 52. PROCESSO Nº 23110.000743/88-52 - INSTITU-  
515.TO DE LETRAS E ARTES - NEL - Projeto de Extensão denominado -  
516."Alemão II". Decisão: Aprovado o parecer da Comissão de Extensão  
517.que é favorável à execução do projeto. 53. PROCESSO Nº 23110.000  
518.744/88-15 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - NEL - Projeto de Exten-  
519.são denominado "Alemão I". Decisão: Aprovado o parecer da Comis-  
520.são de Extensão que é favorável à execução do projeto. 54. PRO-  
521.CESSO Nº 23110.000745/88-88 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - NEL  
522.- Projeto de Extensão denominado "Conversação em Língua Alemã I".  
523.Decisão: Aprovado o parecer da Comissão de Extensão que é favorá-  
524.vel à execução do projeto. 55. PROCESSO Nº 23110.001439/88-87 -  
525.CONSERVATÓRIO DE MÚSICA - Projeto de Extensão denominado "Curso  
526.de Violino - Método Suzuki". Decisão Aprovado o parecer da Comis  
527.são de Extensão que é favorável à execução do projeto. 56. PRO-  
528.CESSO Nº 23110.000727/88-04 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - DE-  
529.PARTAMENTO DE MÚSICA E ARTES CÊNICAS - Projeto de Extensão deno  
530.minado "Ginástica para melhorar a execução Pianística". Decisão:  
531.Aprovado o parecer da Comissão de Extensão que é favorável à exe-  
532.cução do projeto. 57. PROCESSO Nº 23110.000728/88-69 - INSTITUTO  
533.DE LETRAS E ARTES - DEPARTAMENTO DE MÚSICA E ARTES CÊNICAS - Pro  
534.jeto de Extensão denominado "Oficina e Criação e Confeção de  
535.Instrumentos Musicais I". Decisão: Aprovado o parecer da Comis-'  
536.são de Extensão que é favorável à execução do projeto. 58. PRO-  
537.CESSO Nº 23110.000725/88-71 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - DE-  
538.PARTAMENTO DE ARTES VISUAIS - Projeto de Extensão denominado -  
539."Curso de Técnicas Artesanais II". Decisão: Aprovado o parecer -  
540.da Comissão de Extensão que é favorável à execução do projeto. -

A



119  
p.44

541.59. PROCESSO Nº 23110.000726/88-33 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES  
542.- Projeto de Extensão denominado "Laboratório de Educação Artis-  
543.tica". Decisão: Aprovado o parecer da Comissão de Extensão que é  
544.favorável à execução do projeto. 60. PROCESSO Nº 23110.000724/88  
545.-16 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - DEPARTAMENTO DE ARTES VI-  
546.SUAIS - Projeto de Extensão denominado "Cerâmica para todos". -  
547.Aprovado o parecer da Comissão de Extensão que é favorável à exe-  
548.cução do projeto. 61. PROCESSO Nº 23110.005468/87-46 - FACULDADE  
549.DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA - DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM - Enca-  
550.minha o programa de Assistência de Enfermagem do Paciente Ostomi  
551.zado. O processo em pauta tramitou em reunião deste Conselho rea-  
552.lizada dia 09.03.88, deliberando este órgão pela baixa em diligên-  
553.cia do processo ao Departamento de Enfermagem para que este in-  
554.forme o prazo de execução do projeto, carga horária do professor  
555.envolvido, e a possibilidade de ter participação de alunos no re-  
556.ferido programa. O Departamento informou que o projeto será exe-  
557.cutado a partir de abril do corrente ano, constando 02 (duas) ho-  
558.ras semanais do professor envolvido no projeto. No tocante a par-  
559.ticipação de alunos, informa que o Departamento que o aluno de  
560.Enfermagem Médico Cirurgica terá a oportunidade de participação'  
561.este programa conforme acertos dentro da disciplina. O COCEPE -  
562.aprovou o parecer com a retificação da carga horária. 62/63. -  
563.PROCESSOS Nºs 23110.0001762/88-32 e 23110.0001763/88-33 - INSTI-  
564.TUTO DE LETRAS E ARTES - NEL - Encaminha Relatórios de Cursos de  
565.Extensão realizados. O Senhor relator fez um relato dos Cursos,-  
566.citando aos Conselheiros a nominata dos mesmos. Após o relato o  
567.COCEPE aprovou os relatórios apresentados. Os presentes relatô-'  
568.rios, ficam fazendo parte da presente ata e arquivados na Secre-  
569.taria dos Conselhos Superiores. 64. PROCESSO Nº 23110.001761/88  
570.-70 - DEPARTAMENTO DE PESSOAL - Encaminha relatório de Curso de  
571.Extensão denominado "Curso de Atualização para serventes de lim-  
572.peza". O COCEPE aprovou o relatório apresentado. 65. PROCESSO Nº  
573.23110.001760/88-15 - PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO -  
574.Encaminha relatório sobre o Curso de Extensão denominado de "Se-  
575.minário sobre a reforma agrária". O COCEPE aprovou o relatório.-  
576.O Conselheiro Renato Luiz Mello Varoto, solicitou a palavra para  
577.relatar um processo de Extensão fora de pauta. Com a anuência -  
578.dos Conselheiros, disse o relator que trata-se de pro-  
579.cesso protocolado sob nº 23110.000247/88-26, oriundo do  
580.Instituto de Letras e Artes - Departamento de Música e  
581.Artes Cênicas, que trata de um Projeto de Extensão deno-  
582.minado "Oficina de Musicalização I". A Comissão de  
583.Extensão é favorável à execução do projeto. Colocado em  
584.discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi  
585.o mesmo aprovado. Solicitou o Senhor Presidente que o  
586.Conselheiro José Gilberto da Cunha Gastal fizesse o  
587.retrato do processo. 66. PROCESSO Nº 23110.005908/86-  
588.-66 - FACULDADE DE DIREITO - Encaminha a Facul-  
589.dade de Direito o regimento do Colegiado de Curso de Direito, pa-  
590.ra ser apreciado por este órgão. O relator do processo fez um am-  
591.plo relato sobre o mesmo, reportando-se aos pareceres emitidos -  
592.pela Procuradoria Jurídica (fls.14 e 20), como também fez alusão  
593.ao parecer do Coordenador do Colegiado de Curso da Unidade. Seu  
594.parecer é no seguinte teor: As disposições após art. 12, inclusi-  
595.ve, regulam o Curso de Direito, em si, e não o funcionamento do

K



596. Colegiado de Curso, como seria própria do Regimento Interno de  
597. Colegiado de Curso. Embora seja matéria relevante a normatizar, -  
598. tudo quanto se refira ao Curso de Direito em si, e não especifi-  
599. camente ao funcionamento de seu Colegiado de Curso, deverá cons-  
600. tar de diploma normativo em apartado. Por ser matéria que perti-  
601. ne, ainda que indiretamente pelas decorrências administrativas, -  
602. às unidades e departamentos envolvidos no oferecimento do referido  
603. Curso, não caberia dicotomizar as normas propostas e examinar o  
604. segundo aspecto também agora, eis que o exame deste segundo as-  
605. pecto deveria também contar com apreciação prévia dos respecti-  
606. vos conselhos departamentais. Quanto aos dispositivos 1º a 11, o  
607. parecer é o seguinte: art. 1º - Ao invés de "o órgão", conste -  
608. "órgão". Art. 4º, inc. XI - Ao invés de "indicar", conste "suge-  
609. rir". Art. 4º, inc. XII - Ao invés de "aprovar", conste "suge-  
610. rir". Art. 4º, inc. XIII - Ao invés de "tomando", conste "suge-  
611. rindo". Art. 4º, inc. XVII - Ao invés de "escolher anualmente", -  
612. conste "Homologar anualmente as indicações departamentais dos". -  
613. Art. 4º, inc. XX - Eliminar a expressão "recursos". Art. 4º, inc.  
614. XXII - Ao invés de "conferir", conste "Deliberar sobre o reconhe-  
615. cimento da conclusão de curso pelos alunos que satisfaçam os re-  
616. spectivos créditos, em reunião conjunta com o Conselho Departamen-  
617. tal da Faculdade de Direito." Art. 5º, inc. VII - Ao invés de -  
618. "designar", conste "Comunicar às chefias de departamentos as ho-  
619. mologações dos professores orientadores". Art. 5º, inc. VIII - -  
620. Ao invés de "Nomear", conste "Nomear, dentre seus membros". Art.  
621. 5º, inc. XV - Acrescer a expressão "e, obrigatoriamente, todas -  
622. as deliberações de cunho normativo". As alterações sugeridas, pa-  
623. ra aprovação, decorrem da natureza do Colegiado, como órgão nor-  
624. mativo, consultivo e deliberativo, mas não executivo. Colocado -  
625. em discussão, foi a matéria amplamente discutida, esgotada a fa-  
626. se de discussão o COCEPE aprovou o parecer exarado pelo Conse-  
627. lheiro José Gilberto da Cunha Gastal (fls.25), com o adendo do  
628. Conselheiro Fioravante Jaekel dos Santos, no sentido de que o  
629. presente processo também seja apreciado pelos Departamentos e  
630. Conselhos Departamentais, relacionados com o Curso de Direito, -  
631. com a recomendação de serem ouvidos os segmentos envolvidos. 67.  
632. PROCESSO Nº 23110.000319/88-15 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA -  
633. FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DENTRO DA MESMA CLASSE - Solicitou  
634. o Senhor Presidente o relato do Conselheiro José Gilberto da -  
635. Cunha Gastal. O Conselheiro relator sintetizou aos Conselheiros  
636. a proposta oriunda da Comissão Permanente de Pessoal Docente. Re-  
637. portou-se o Conselheiro sobre o parecer exarado pela Procurado-  
638. ria Jurídica. Seu parecer é no seguinte teor: O projeto ofereci-  
639. do atinge um ponto de equilíbrio feliz, entre a flexibilidade de  
640. subjetivismo do juízo de valor de quem examina e a segurança de  
641. limites à flexibilidade em favor do examinado. Nos alvares da  
642. tentativa de regulamentar a matéria, a um projeto ensejador de  
643. ampla flexibilidade, ofereci uma antítese um projeto assecuratô-  
644. rio de rígida segurança. A verdade, obviamente, não residiria -  
645. nos extremos. Penso que o projeto em foco realiza bem a solução  
646. equilibrada. Preserva-se a discricionariedade inerente ao julgar,  
647. mas delimita-se sua amplitude. Com isso, se a impede que esta -  
648. discricionariedade converta-se em arbitrio. Sou pela aprovação. A  
649. ilustrada Procuradoria Jurídica bem observou que as normas alusi-  
650. vas à progressão por classe não se faziam acompanhadas dos limi-



112  
Des

651. tes valorativos de pontuação, como se o faz as normas de progres  
652. são por nível. Todavia, é bem esta e está correta a intenção da  
653. proposta. Tal progressão por classe é um "plus" concedida e não  
654. um direito regulador, além do que, trata-se de avaliar circuns-  
655. tâncias substitutivas de uma titulação inalcançável. É razoável  
656. ensejar que o necessário juízo de valor se faça, então sem meios  
657. de pontuação e limites objetivos. O parecer pela aprovação não -  
658. elide a necessidade de, após aprovado o espírito das normas pro-  
659. postas, sejam elas submetidas a uma segunda apreciação, de cará-  
660. ter redacional e articular, que é o quanto propor-se seja decidi  
661. do por este Conselho. Estas normas passam a vigorar imediatamen-  
662. te, abrangendo as avaliações que venham à decorrer de intertís-  
663. cio, ainda por completar. Por e seu turno, pelos intertíscios já  
664. completos até esta data, os docentes farão jús a progressão auto  
665. mática e independente da avaliação, desde que o requeiram em  
666. 60 (sessenta) dias da aprovação das normas. O COCEPE aprovou o  
667. parecer do relator, quanto ao espírito das nossas propostas. Fi-  
668. cou deliberado que a Comissão de Concurso elaborará a redação fi  
669. nal das referidas normas. 68. PROCESSO Nº 23110.004808/87-90 -  
670. ABAIXO ASSINADO (PROFESSORES TITULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL -  
671. DE PELOTAS) - Disse o Senhor Presidente que os requerentes enca-  
672. minham expediente ao Magnífico Reitor, onde dizem que tendo em  
673. conta a recente Resolução do ME, que trata do incentivo de mes-  
674. trado e doutorado para os docentes das IES (Fundações e Autarquias), os abaixo assinados concursados mediante prova didática, de  
675. títulos, de conhecimentos e de defesa de tese, e dos antigos ca-  
676. tedráticos, solicitam a outorga do título de doutor com a conse-  
677. quente concessão de incentivo de doutorado por entenderem ser de  
678. direito o igual tratamento. Os requerentes fazem um relato deta-  
679. lhado das razões que os levaram a tal reivindicação à outorga de  
680. tal título com a consequente concessão do incentivo. Juntam, tam-  
681. bém, ao processo as comunicações, via telex nº 11 de 11.01.88 e  
682. nº 29 de 12.01.88, advindas da Universidade Federal do Rio de Ja-  
683. neiro. O Magnífico Reitor despachou ao Presidente do COCEPE, on-  
684. de o mesmo solicita parecer do órgão sobre o assunto, previamen-  
685. te à análise e decisão do Conselho Universitário. Após o relato  
686. o Senhor Presidente solicitou que o Conselheiro Gastão Coelho Pu-  
687. reza Duarte fizesse uma explanação com referência ao assunto. O  
688. Conselheiro fez uma longa explanação sobre o assunto em pauta -  
689. elucidando aos Conselheiros pontos obscuros que tal pretensão -  
690. contemplava, dizendo em seu final que cabe aos requerentes os di-  
691. reitos solicitados. Após ampla discussão do assunto o Conselhei-  
692. ro Fioravante Jaekel dos Santos, solicitou vistas do processo. O  
693. Senhor Presidente concedeu vistas ao Conselheiro, amparado no -  
694. que preceitua o artigo nº 50 do Regimento Geral da Universidade.  
695. 69. PROCESSO Nº 23110.000752/88-43 - CONJUNTO AGROTÉCNICO VISCON  
696. DE GRAÇA - Disse o Senhor Presidente que o CAVG encaminha o Ca-  
697. lendário Escolar para o ano de 1988. O parecer da Comissão de  
698. Graduação é pela aprovação do Calendário Escolar que fica fazen-  
699. do parte integrante da presente ata e arquivado na Secretaria -  
700. dos Conselhos Superiores. 70. PROCESSO Nº 23110.000751/88-81 -  
701. CONJUNTO AGROTÉCNICO VISCONDE DA GRAÇA - Retirado da pauta, em  
702. virtude do relator estar ausente da reunião. 71. PROCESSO Nº  
703. 23110.005397/86-19 - FACULDADE DE VETERINÁRIA - Retirado da pau-  
704. ta. 72. PROCESSO Nº 23110.005202/87-49 - FACULDADE DE ARQUITETU-

K



13  
24

706. RA E URBANISMO - Encaminha a Unidade proposição aprovada pelo Co-  
707. legiado de Curso daquela Unidade, para que seja estendidos a to-  
708. dos os alunos matriculados em qualquer curso de Graduação da Uni-  
709. versidade os mesmos direitos estabelecidos no art. 15 do Regimen-  
710. to Geral da Universidade (caso dos portadores de curso superi-  
711. or). Sobre o assunto a Procuradoria Jurídica assim se manifes-  
712. tou, pela base. O pedido peca, a meu juízo, pela base. A regra -  
713. estampada no artigo 150, do Regimento Geral, se destina, exclusi-  
714. vamente, aqueles portadores de diploma de curso superior, princí-  
715. pio consagrado pela Jurisprudência do Conselho Federal de Educa-  
716. ção, não a outros. Aliás, o que levou o Egrégio Conselho à ado-  
717. ção de tal sistemática é que, uma vez concluído o certame habili-  
718. tatório e restando vagas, após a matrícula dos candidatos classi-  
719. ficados, não seria contrária à lei a permissão de matrícula de  
720. candidatos diplomados por curso superior, pois as principais exi-  
721. gências estariam satisfeitas, isto é, a capacidade do candidato  
722. (razoavelmente presumida no caso) e a igualdade de oportunidades  
723. aos candidatos. Por isso que, em função desse entendimento sufra-  
724. gado, é possível permitir, através do Regimento, a matrícula ini-  
725. cial em curso de graduação a candidatos diplomados em outro cur-  
726. so superior, desde que resulte vaga após a matrícula dos candida-  
727. tos classificados no concurso de habilitação. Então, resumindo,-  
728. o que se admite é a matrícula inicial, em vagas residuais, que -  
729. não tenham sido providas pela insuficiência de candidatos habili-  
730. tados nos concursos vestibulares. Logo, não pode haver dúvida, -  
731. somente havendo VAGAS INICIAIS, não providas pela via regular do  
732. concurso vestibular, é que se poderá cogitar da matrícula especi-  
733. al de graduados. A legitimidade, pois, das matrículas, nestes ca-  
734. sos, tem por pressuposto a existência real de vagas a serem pro-  
735. vidas pelo critério excepcional. A sistemática para apuração de  
736. vagas nos dias de hoje está disciplinada pela Lei nº 7.165, de  
737. 14 de dezembro de 1983, regulamentada pelo Decreto nº 94.152, de  
738. 30 de março de 1987, que, expressamente, estabelecem que o núme-  
739. ro de vagas iniciais será observado, ao longo do curso, como li-  
740. mite das matrículas nos períodos subsequentes. Não vejo como con-  
741. ciliar esses princípios com a pretensão esboçada pelo Curso in-  
742. teressado. Nestas condições, por absoluta falta de pressuposto -  
743. legal que o justifique, manifesto-me de forma contrária ao aco-  
744. lhimento do pedido. Lembro, finalmente, que, como a pretensão -  
745. importa em alteração regimental, necessariamente, deverá ser ou-  
746. vido, em caso de acolhimento, o Colendo Conselho Universitário,-  
747. na forma do que dispõe o artigo 18, alínea "b", do Regimento Ge-  
748. ral. Colocado em discussão o parecer da Procuradoria Jurídica, -  
749. foi aprovado, ou seja, pelo não atendimento da proposta aprovada  
750. pelo Colegiado de Curso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

751. 73. PROCESSO Nº 23110.002213/87-59 - CONJUNTO AGROTÉCNICO VISCON  
752. DE DA GRAÇA - Comunica a Unidade a sustação do processo seleti-  
753. vo para professor de ensino médio com DE na disciplina de Zootec-  
754. nia. Após o relato do Senhor Presidente do COCEPE tomou ciência  
755. da suspensão do referido concurso. 74. PROCESSO Nº 23110.000558/  
756. 88-31 - C I T E S - Encaminha o CITES as normas para funcionamen-  
757. to do PROVIDEO de acordo com o estabelecido na Portaria nº 729,-  
758. de 21.12.87. Justifica em seu expediente, que tendo em vista que  
759. existe uma instituição com nome igual em Porto Alegre, o Conse-  
760. lho do PROVIDEO optou pelo nome de PROVIDE. O processo foi enca-

X



761.minhado a Procuradoria Jurídica, que assim se manifestou: O  
762.CENTRO INTEGRADO DE TELEDUCAÇÃO DO SUL (CITES) integra a estrut  
763.ra da Universidade Federal de Pelotas de forma atípica, eis que,  
764.pelos termos de seus atos constitutivos, é ele um órgão vincula-  
765.do a diversas entidades - entre as quais a UFPEL - que firmaram'  
766.convênio, objetivando sua criação, ou, depois, aderiram à iniciaç  
767.tiva. O PROVIDEO (originalmente instituído como PROVIDEO), cria-  
768.do pela Portaria nº 729 de 21 de dezembro de 87, é um programa -  
769.destinado à produção de videos educativos e a sua utilização em  
770.atividades de ensino e de extensão. Constitui-se como atividade'  
771.própria da Universidade, sob a coordenação do CITES. No Regimen-  
772.to Geral do Centro Integrado de Teleducação do Sul, em seu Capí-  
773.tulo VI, trata-se de organizar e disciplinar a produção e utili-  
774.zação de produtos gerados por esse órgão. É ali previsto que as  
775.produções e ações do CITES podem, segundo e estabelecido em cada  
776.projeto, dirigirem-se a uma só das instituições convenientes. Sen  
777.do assim, o PROVIDEO seria tão somente um projeto originário do  
778.CITES dirigido aos interesses da UFPEL. Em tal conformidade, ca-  
779.beria à Universidade Federal de Pelotas manifestar-se, unicamen-  
780.te, sobre a aceitação ou a não aceitação do projeto que lhe é  
781.oferecido. Entretanto, nas normas de funcionamento que são envia  
782.das à análise desta Procuradoria, observa-se a intenção de criar  
783.-se uma estrutura diretiva do programa, com a participação de re  
784.presentantes do próprio CITES e das Pró-Reitorias de Graduação e  
785.Assistência, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão. Inclui-'  
786.-se, ainda, a designação do Presidente do Conselho, por ato do  
787.Magnífico Reitor da UFPEL. Além disso, são estabelecidas normas'  
788.de utilização dos produtos, bem como de produção de programas. -  
789.Sendo assim, envolvendo-se a Universidade na própria dinâmica e  
790.na estrutura do PROVIDE; devem as normas de seu funcionamento se  
791.rem apreciadas pelo COCEPE, ainda que tudo se embase na estrut  
792.ra de um organismo atípico. Relativamente às normas que se encon  
793.tram sob apreciação, penso que se devesse dar um nome ao Conse  
794.lho de que fala o art. 5º (cuja natureza é diretiva), bem como -  
795.se estabelecesse uma disciplina mais adequada relativamente aos  
796.mandatos de seus membros. Por proposta do Senhor Presidente e  
797.aprovado por unanimidade, ficou deliberado que seria mandado aos  
799.Conselheiros cópias das referidas normas para melhor estudo, re-  
800.tornando o processo em uma próxima reunião deste órgão. 75.  
801.PROCESSO Nº 23110.000300/88-61 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES -  
802.Encaminha o Regimento do Núcleo de Estudos Linguísticos e Literá  
803.rios do Instituto de Letras e Artes. A decisão do referido pro-  
804.cesso foi idêntico ao processo especificado no item 74 da Ordem  
805.do Dia, ou seja, será remetido cópias do Regimento do NEL aos  
806.Conselheiros, voltando na próxima reunião. 76. PROCESSO Nº  
807.23110.004623/86-81 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA - DEPARTAMENTO DE  
808.CIRURGIA, TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAL - Solicita o citado -  
809.Departamento informações a respeito das normas que regerão o  
810.afastamento de docente, com direito à licença sabática, conforme  
811.preceitua o Plano de Cargos e Salários Benefícios e Vantagens.-  
812.O processo em pauta, já tramitou neste órgão, em reunião realiza  
813.da dia 19.12.86, que aprovou a proposta do Conselheiro Elí  
814.Kersten, no sentido de que a normatização referente a licença sa  
815.bática, capitulada no Art. 31 § 1º e 2º do Plano de Cargos e Sa-

KA



145  
54

816.lários, Benefícios e Vantagens seja elaborada pela Comissão Per-  
817.manente de Pessoal Docente. A CPPD encaminha a este Conselho -  
818.uma proposta para concessão do semestre sabático. A decisão do  
819.Colendo Conselho é que sejam remetidas cópias da proposta da Co-  
820.missão Permanente de Pessoal Docente aos Conselheiros, retornan-  
821.do o processo na próxima reunião deste órgão. Nada mais havendo'  
822.a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, às  
823.treze horas. Para constar, eu, *[assinatura]* Sued Ferreira Ro-  
824.drigues, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata. Secretaria'  
825.dos Conselhos Superiores, aos dezesseis dias do mês de maio do  
826.ano de mil novecentos e oitenta e oito. x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x...